

Encontro permite acertar os ponteiros

Heitor Tepedino

Foi a primeira oportunidade pública que os ministros da Nova República tiveram para acertar suas arestas, discordâncias, cada um tendo de assumir sua posição. Num encontro tipo acareação, promovido pela «Revista Exame» e o grupo «Abril», os ministros Francisco Dornelles e João Sayad; de um lado, acertavam os seus ponteiros publicamente, enquanto, do outro lado, os ministros Almir Pazzianotto e Roberto Gusmão tentavam mostrar que os seus relógios são da mesma marca, mas as horas não coincidem.

Na hora das definições públicas, com mais de mil empresários participando das perguntas e dos debates em todo o Brasil, o ministro Sayad conseguiu mostrar a sua segurança na abordagem dos grandes temas nacionais, mas as suas colocações tiveram um certo recuo, abraçando as posições sempre defendidas por Dornelles: o «déficit» público tem de ser cortado com mais rigor; as taxas de juros são pressionadas por este mesmo déficit público; a dívida externa é um grande problema cuja solução deve acompanhar as diretrizes já oferecidas pelo Ministério da Fazenda.

Na área tributária, enquanto Dornelles preferiu não falar em elevação de impostos, dentro da sua tese de que, em primeiro lugar, o governo tem de fazer todos os esforços para redução do «déficit» público, João Sayad apresentou sua primeira discordância, afirmando que não gostaria de enganar ninguém, e acha impossível cobrir-se o déficit do Tesouro de Cr\$ 84 trilhões sem criação de nova receita tributária. No entanto, observava-se a grande preocupação de Sayad para não discordar de Dornelles, o que fez com que o ministro do Planejamento estivesse um pouco tenso no dia de ontem, porque tinha de medir suas palavras.

Dornelles, por seu lado, nunca esteve tão à vontade desde que assumiu o Ministério da Fazenda. Suas afirmações saíam

espontaneamente, sem qualquer dúvida do que iria afirmar, dando as boas-vindas ao capital estrangeiro que venha colaborar para o desenvolvimento do País, enfatizando que o diferencial da correção monetária ajuda os exportadores que se queixam que o dólar está muito valorizado frente ao cruzeiro, enfim, dominou o debate em termos de segurança no que afirmava.

Já os ministros Pazzianotto e Roberto Gusmão tiveram momentos mais difíceis, face à posição totalmente inversa que um e outro encaram a crise de greves por que passa o País. No fundo da discussão, não é fácil de perceber-se que os dois têm as suas razões. Enquanto o ministro do Trabalho acha a atual Lei de Greves defasada e a sua imposição seria quase que um ato ditatorial, Gusmão acha que isto pode ser verdade, mas lei é lei, e enquanto outra não for aprovada, o governo tem que exigir o cumprimento da existente.

O ministro Pazzianotto tem suas razões, suas afirmações são democráticas e em defesa das classes trabalhadoras, mas obviamente o ministro Gusmão não pode ser criticado por achar que a lei em vigor deve ser cumprida, principalmente pelo governo. Basta lembrar que se o Congresso Nacional pode aprovar em regime de urgência a salvação de um grupo financeiro como o Sulbrasileiro, por que o mesmo não pode ocorrer em termos da Lei de Greve?

O mais positivo de tudo isto é poder observar-se que o governo joga aberto, os ministros não se constroem em expor os seus pensamentos, mesmo que sejam discordantes dos seus colegas de ministério. Nas democracias essas divergências fazem parte da regra do jogo, sendo comum nos Estados Unidos uma permanente discordância de política monetária entre o secretário do Tesouro (ministro da Fazenda) e o diretor-executivo do Federal Reserve (Banco Central). Para o público isto é bom, porque o contribuinte pode acompanhar o que se anda fazendo nos gabinetes governamentais.